

Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites

TANIA ANDRADE LIMA*

Resumo: Este artigo apresenta os marcos teóricos que regem a Arqueologia Histórica nas Américas à luz das principais vertentes do pensamento arqueológico, particularmente nas quatro últimas décadas, que ora colocam a disciplina no campo da Antropologia, ora no campo da História. Discute suas possibilidades e limites, propõe uma perspectiva integradora e defende a arqueologia do capitalismo como o foco adequado da disciplina.

Abstract: This paper presents the theoretical frameworks that direct Historical Archaeology in the Americas in the light of the main trends of archaeological thought, particularly in the last four decades, which at times situate the discipline in the field of Anthropology, and at times in the field of History. We discuss its possibilities and limits, propose an integrating perspective, and defend the archaeology of capitalism as a suitable focus for the discipline.

Palavras-chave: Teoria. Arqueologia histórica. Arqueologia do capitalismo.

Key words: Theory. Historical archaeology. Archaeology of capitalism.

Os marcos teóricos da Arqueologia Histórica são, como não poderia deixar de ser, os marcos teóricos da Arqueologia. Contudo, o fato de esse campo poder contar – além dos vestígios arqueológicos propriamente ditos – com registros documentais, confere a ele uma especificidade; de tal forma que algumas ferramentas teórico-metodológicas parecem ser claramente mais adequadas que outras, para explanações que podem se apoiar em ambos os tipos de evidências.

Já em 1939, Kluckhohn (in Embree, 1995, p. 28) afirmava, a propósito do lugar da teoria nos estudos antropológicos, que a alternativa não poderia ser entre teoria e não-teoria ou um mínimo de teoria; mas entre teorias adequadas e inadequadas. Ou, ainda

* Departamento de Antropologia, Museu Nacional / UFRJ. Pesquisadora do CNPq.
e-mail: talima@montreal.com.br.

mais importante, entre teorias de cujas premissas e postulados se tinha plena consciência e que conseqüentemente se prestavam à crítica sistemática, e teorias cujas premissas não tinham sido examinadas sequer pelos seus formuladores.

Decorridos mais de sessenta anos dessa afirmação, a arqueologia brasileira – e, mais precisamente, a arqueologia histórica brasileira – continua se debatendo com a primeira alternativa, sem ter conseguido viver ainda o dilema da segunda. Não obstante, embora até agora voltada majoritariamente para uma arqueologia “empírica”, que envolve aquisição e análise de dados sem teorias pré-existentes, já começa a se fortalecer entre nós uma tendência na direção de uma arqueologia histórica “teórica”, envolvendo explicações construídas a partir de perspectivas teoricamente fundamentadas.

A forte penetração e perduração da versão mais empobrecida do histórico-culturalismo na arqueologia brasileira foi determinante para a nossa arqueologia histórica, responsável não só pelo seu caráter fortemente pontual, empiricista, descritivo, classificatório e biográfico (ver Lyman et al., 1997), mas também pela preferência inequívoca por monumentos remanescentes do poder religioso, militar e civil, em detrimento de análises mais abrangentes do nosso passado histórico (ver Andrade Lima, 1993).

Se nos anos 60 essa corrente murchava e gradualmente desaparecia da arqueologia anglo-americana, que com ímpeto olímpico erguia então a chama da renovação do pensamento arqueológico, era justo naquele momento que a arqueologia histórica no Brasil emergia como um campo formalmente reconhecido – embora depreciado – só que ignorando a revolução que se operava na disciplina. Sem competidores, a arqueologia descritiva e classificatória continuou impávida a sua longa trajetória no Brasil, onde ainda perdura, fortemente entranhada e sem dar sinais de esgotamento.

Apenas no início da década de 1990 é que os ecos tardios da profunda revolução que o Processualismo operou na disciplina começaram a ser ouvidos na nossa arqueologia histórica, mais de vinte anos depois, portanto, penetrando timidamente no trabalho de alguns pesquisadores. Mesmo assim, os pilares dessa arqueologia positivista – ou seja, uma arqueologia com rigor científico e objetividade, dedução e previsibilidade de fenômenos – nunca chegaram a ser incorporados de fato à pesquisa arqueológica histórica entre nós.

Isto se explica possivelmente pelo seu foco excessivo em adaptação ambiental e em mudança de subsistência, questões que são cruciais para sociedades simples e fortemente dependentes do

meio. Mas que foram menos relevantes para as nossas sociedades historicamente conhecidas a partir do século XVI, graças às condições de controle sobre o ambiente de que já dispunham, fruto das muitas conquistas tecnológicas acumuladas ao longo dos séculos.

Da mesma forma, seu evidente desapareço pela história contraposto ao enaltecimento da antropologia, somado ao apego às grandes generalizações e à negação da importância das trajetórias históricas particulares, fizeram do Processualismo uma ferramenta teórico-metodológica pouco adequada ao estudo das formações sociais americanas dos últimos cinco séculos. Prova é que seus seguidores voltaram-se majoritariamente para a investigação da pré-história. Não obstante, os poucos que se dedicaram à arqueologia histórica, fortemente quantitativa, funcionalista e evolutiva, desenvolveram excelentes técnicas analíticas, como foi o caso de Stanley South (1977); porém com potencial limitado não só para a incorporação de dados documentais, mas sobretudo para a explanação dos fenômenos particulares que em geral ela necessariamente tem que investigar.

O programa processual, contudo, renovador nos anos 60, foi perdendo o fôlego ao longo de um quarto de século, não obstante suas grandes e revolucionárias conquistas, sem forças para gerar novas idéias, novas abordagens, de tal forma que acabou tendo pouco a oferecer à explanação das questões que passaram a interessar e a receber maior atenção das ciências sociais (Bintliff, 1995), todas elas de extremo interesse para a arqueologia histórica. O abandono da dimensão humanística da disciplina comprometeu seriamente o Processualismo, expondo seus flancos ao ataque da crítica severa e à reação, que mostrou suas garras em meados dos anos 80.

Essa reação, que trouxe consigo o retorno ao historicismo e ao particularismo da velha e desprezada História Cultural, valorizando contextos históricos, ideologias e diversidade, voltou-se para a investigação das estruturas subjacentes às expressões culturais, para os significados da cultura material e sua dimensão simbólica, para o indivíduo, em lugar do sistema.

Se, como assinalou Feinman (1997, p. 374), a escala apropriada de análise para o Histórico Culturalismo foi o sítio e, para o Processualismo, a região, para o Pós-Processualismo passou a ser o indivíduo. E a influência do ambiente sobre as questões humanas passou a ser entendida como apenas indireta, mediada pela estrutura social e pelas idéias.

Consciente da complexidade das relações sociais, o movimento pós-processual partiu para o estudo da dinâmica interna das

sociedades, das relações de poder, dos conflitos de classe e de gênero dentro de contextos históricos específicos. E isto era tudo o que a arqueologia histórica mais queria e precisava, para se firmar como um campo capaz de dar contribuições consistentes às ciências sociais.

A perspectiva pós-processual adubou particularmente a arqueologia histórica, fertilizando-a com os princípios da Teoria Crítica, entendendo-a como um empreendimento social e político, e buscando torná-la não apenas politicamente consciente, mas sobretudo um *locus* de ação política (Wylie, 1995, p. 95), incorporando com vigor as teorias neo-marxistas (Leone, Potter e Shackel, 1987).

A disciplina explodiu em mil e uma possibilidades novas, fascinantes e iluminadoras. Surgiram a Arqueologia da Desigualdade (McGuire e Paynter, 1991); a Arqueologia da Etnicidade (Jones, 1997); a Arqueologia de Gênero (Conkey e Spector, 1984; Wall, 1994, Gero e Conkey, 1995); a Arqueologia do Capitalismo (Johnson, 1996), a Arqueologia da Riqueza (Gibb, 1996), a Arqueologia da Ideologia (Leone, 1994), entre muitas outras, perscrutando domínios até então jamais percorridos pelos arqueólogos.

A resistência, mais que a aderência a essas novas idéias, foi a resposta ao seu forte impacto, de tal forma que o cenário da arqueologia passou a ser ocupado simultaneamente (1) pelos histórico-culturalistas que nunca chegaram a abandonar as suas trincheiras; (2) pelos processualistas ortodoxos, que continuaram aferrados ao ideal da arqueologia como uma ciência exata; (3) pelos processualistas convertidos que, mesmo apegados aos seus ideais, deixaram-se permear pelo fascínio das novas sendas de investigação, temperando a sua prática com um molho pós-processual; e (4) pelos pós-processualistas propriamente ditos, com trabalhos fortemente fundados no pensamento mais atual das Ciências Sociais.

Pela primeira vez na história da disciplina, a arqueologia saiu do permanente descompasso em relação à sua área, tornando-se capaz de acompanhar as reflexões do seu tempo. É importante destacar que mesmo a grande revolução da Nova Arqueologia já nasceu velha no panorama das ciências sociais. Nas décadas de 60 e 70, enquanto o Estruturalismo colocava esse universo de pernas para o ar, a proposta *revolucionária* da Nova Arqueologia fundava-se ainda no neo-evolucionismo e no funcionalismo, aumentando ainda mais o abismo que a separava das disciplinas correlatas. James Deetz, à margem do movimento processual, seria, como veremos adiante, uma exceção nesse cenário.

Isto ocorreu, provavelmente, em virtude do Estruturalismo ter tido como berço a velha Europa e ter vicejado sobretudo na França, quando sabidamente o auto-centrado eixo anglo-americano incorpora sempre tardiamente – quando incorpora – o pensamento social francês. Este, por sua vez igualmente autocentrado e auto-referente, se manteve absolutamente impermeável à renovadora produção arqueológica anglo-americana, acabando por perder para ela a posição de vanguarda e a inquestionável liderança da disciplina.

O forte sectarismo que dividiu e ainda divide, embora mais atenuado, o nosso campo disciplinar, se manifestou e vem se manifestando também no Brasil. Se o histórico-culturalismo permaneceu como uma trincheira para insuficiências, isolando seus praticantes com um escudo protetor contra as exigências crescentes das novas perspectivas, desobrigando-os de refletir e questionar, permanecer processualista, para alguns poucos que trinta anos depois finalmente aderiram às suas propostas, parece ter se tornado uma questão de fé.

A lentíssima incorporação de novas idéias em nosso país – ainda que para serem combatidas e não forçosamente assimiladas – é sem dúvida uma das grandes responsáveis pela defasagem da nossa arqueologia em relação a outros países, e não somente os do Primeiro Mundo (ver Andrade Lima, 1999). Não estamos sendo capazes de acompanhar, com a necessária presteza, os avanços da nossa disciplina e menos ainda de refletir criticamente sobre eles, para que possam ser ou não incorporados à nossa realidade.

No quadro pós-processualista atual, a reaproximação e revalorização da História, particularmente benéficas para a arqueologia histórica, está relativizando a velha dicotomia da arqueologia como antropologia x arqueologia como história, o que equivale a dizer entre a arqueologia americana e a arqueologia européia.

Se em 1962 Binford disse “Arqueologia ou é Antropologia ou não é nada”, reiterando o que já haviam afirmado Willey e Phillips em 1958, Ian Morris afirmou, 35 anos depois, que “Arqueologia é História Cultural ou não é nada” (1997, p. 3), referindo-se, no caso, não ao histórico-culturalismo caricato dos processualistas, mas a uma História Cultural reconceituada, depurada e sobretudo teoricamente fundamentada, despida do caráter pejorativo e das conotações fortemente depreciativas que lhe conferiu a Nova Arqueologia.

Essa disputa antagônica não faz mais nenhum sentido hoje em dia. Tanto a antropologia tem uma dimensão histórica, quanto a história tem uma dimensão antropológica, e a arqueologia deve

transitar na interseção entre elas. Como assinalou Deetz (1988a), ambas têm interesses semelhantes na compreensão da experiência humana. E a arqueologia trabalha essa experiência em toda a sua profundidade temporal, com fortes conexões com os dois campos.

Se a arqueologia histórica é história, é antropologia ou é ela mesma, este é um debate que nos parece de todo ultrapassado e que se tornou bizantino, como já procuramos expor em trabalhos anteriores (Andrade Lima, 1993 e 1995), mas vem persistindo insistentemente na literatura (ver Morris, 1997; Hills, 1997 e outros no mesmo volume). Como bem assinalou Orser (1996), este é um campo multi e interdisciplinar que tem uma relação especial tanto com uma quanto com outra, partilhando interesses comuns.

Exatamente vinte anos se passaram entre Deetz (1977, p. 161) recomendar: “não leiam o que nós escrevemos; olhem o que nós fizemos” e Hills (1997, p. 29-30) questionar o princípio de que “as ações falam mais alto do que as palavras”, já que para ela o registro escrito – ou seja, o que sobreviveu das palavras que as pessoas um dia disseram e escreveram – ainda recebe mais atenção que os produtos concretos do que elas realmente fizeram.

Entre uma e outra assertiva – vale dizer, da tirania do registro arqueológico à tirania do registro documental – estão as principais tensões que permeiam a arqueologia histórica do ponto de vista teórico-metodológico. Ambas expressam de forma eloquente posições extremas referentes às relações entre registro arqueológico e registro documental, enquanto posições conciliadoras propugnam a integração das fontes, sejam elas da história, da antropologia ou da arqueologia, como a de Ravn (1997, p. 134), a do próprio Deetz onze anos depois (1988b) e, no Brasil, a de Kern, várias vezes reiterada (1985, 1995, entre outros trabalhos).

O equilíbrio no tratamento dessas fontes parece ser indubitavelmente o melhor caminho, sobretudo se elas forem consideradas a priori como testemunhos independentes, a serem analisados criticamente e confrontados. Grande parte do fascínio e da magia da arqueologia histórica – ou da sua arte e do seu mistério, como poeticamente exprimiram Anne Yentsch e Mary Beaudry (1992) – reside justamente nas múltiplas possibilidades que os registros arqueológicos apresentam de complementar, confirmar, mas sobretudo de contradizer os registros documentais e, ao fazê-lo, gerar um terceiro nível de informação, nem propriamente arqueológica, nem propriamente histórica, mas profundamente fecundo. É nesse plano que deve atuar a arqueologia histórica sempre que possível, para se exercer de fato como ciência social.

Esse interesse renovado pela história vem aproximando a arqueologia histórica americana da história estrutural francesa, levando-a finalmente à Escola dos Anais, com importantes reflexos no campo teórico (ver Duke, 1996).

Não apenas a teoria braudeliana que explica o funcionamento do mundo com suas dimensões do tempo (na curta, média e longa duração; Braudel, 1949, 1976) é extremamente importante para a Arqueologia, ao conciliar, em uma única metodologia, o geral e o particular, a tendência milenar e o evento, sociedade e indivíduo (Bintliff, 1995, p. 8), permitindo compreender mudanças sociais a longo prazo. Mas, particularmente para a arqueologia histórica, foi fundamental o interesse pelas mentalidades, aqui entendidas no sentido que lhes conferiu Hobsbawn, como "a coesão de sistemas de pensamento e comportamento que se ajustam ao modo pelo qual as pessoas vivem em uma determinada sociedade, em sua determinada classe e na sua situação particular de luta de classe" (in Bintliff, op. cit., p. 31).

O olhar dessa *história antropológica*, como a designou Burguière (1988, p. 142), voltado para as visões de mundo, para as ideologias coletivas, para os sistemas coletivos de crenças, para as atitudes mentais e para a vida cotidiana, gerou a história do corpo e suas doenças, da sexualidade, das práticas higiênicas e alimentares do dia-a-dia das pessoas sem história, sem rosto, sem nome, falando de perto à arqueologia histórica. Isto, pelas amplas possibilidades que a disciplina tem de recuperar o que os documentos não fixaram, não registraram, ou mesmo o que foi pobremente documentado, justamente esses domínios das coisas aparentemente pouco importantes da vida diária às quais as pessoas em geral dão pouca atenção, mas que estão inequivocamente associadas a processos sociais mais amplos. Aqui reside precisamente a força da arqueologia histórica. É, nesse aspecto, as generalizações dos processualistas que ignoram os ritmos concretos da vida diária (Ensor, 2000, p. 15) podem ser consideradas inadequadas como teoria direcionada à arqueologia histórica.

Essa possibilidade de conectar o que as pessoas pensam e acreditam, através da cultura material, a processos históricos na curta, média e longa duração está permitindo à arqueologia histórica alcançar novos patamares de qualidade como ciência social. Nessa linha, duas fortes tendências dominam atualmente o cenário da arqueologia histórica, segundo Gibb (1996): a mentalista e a materialista.

A primeira surgiu nos anos 70, com James Deetz (1977), que na obra seminal *In small things forgotten* expandiu o conceito de

cultura material, entendendo-a como produto de esquemas mentais estruturados a partir de oposições binárias. Essa teoria estruturalista, que se desenvolveu marginalmente ao movimento processual como assinalamos antes, utilizou-se das *pequenas coisas* do cotidiano, insignificantes e em geral esquecidas, para ter acesso aos padrões mentais de sociedades passadas e, através delas, discutir questões mais amplas.

Menosprezada pelos processualistas, essa perspectiva voltou à cena passado o vendaval positivo, no esteio da valorização dos aspectos cognitivos e simbólicos da cultura. Na década de 90, particularmente, discípulos fervorosos de Deetz vêm sustentando bem sucedidas investigações fundamentadas nesses princípios, como Beaudry (et al. 1991), Yentsch (1991a, b), Yentsch e Beaudry (1992), Praetzellis e Praetzellis (1998), entre outros.

Esta é uma linha radical de negação do processualismo que, mais recentemente, vem se propondo a “jogar o positivismo pela janela” (Praetzellis, 1998, p. 1). Livre da patrulha do cientificismo, ela vem se permitindo adotar uma abordagem interpretativa e essencialmente narrativa. São os “arqueólogos como contadores de estórias” que assumem com coragem que qualquer relato sobre o passado é uma construção e uma construção do presente. Não faltam entretanto as advertências de Deetz (1998, p. 95), de que mesmo fechada essa janela depois de atirado fora o positivismo, há sempre o risco de ele se infiltrar por entre seus caixilhos e voltar, uma possibilidade em relação à qual todos devem estar prevenidos. Essa advertência deixa bem clara a extensão desse repúdio, e a força da adoção dessa arqueologia “estórica” fica evidente no número de pesquisadores que aderiram a ela (ver Praetzellis, op. cit.).

Já a tendência materialista se desdobrou em pelo menos três vertentes:

“A primeira, particularmente fecunda nas duas últimas décadas e capitaneada por Mark Leone, fundamentada nas teorias neomarxistas, repudia também a perspectiva processual, propondo uma agenda política, em lugar de uma agenda científica, bem como dialética e história, em lugar de sistemas e leis abstratas de evolução cultural. Recusa a passividade que o processualismo atribui ao indivíduo, entendendo que ele tem um papel ativo na construção social e destaca a importância dos conflitos na criação, manutenção e alteração das formações sociais. Por sua vez, a construção e a interpretação do passado, bem como sua apresentação ao público, são fortemente condicionadas pelas agendas políticas contemporâneas daquelas que a produzem.

A segunda vertente, surgida timidamente nos anos 70 e fortalecida somente ao final dos anos 80, com Spencer-Wood (1987), adota as teorias de comportamento de consumo (ver Klein e Leedecker 1991). Assume que a estratificação social tem relação direta com a escolha, aquisição, uso e descarte de bens e analisa as variações que ocorrem em unidades domésticas à luz de fatores como classe, etnicidade, status sócio-econômico, condições de acesso ao mercado, e assim por diante. Fortemente fundada em trabalhos de sociologia, história e antropologia, essa vertente apóia-se basicamente nos trabalhos sobre consumismo de McKendrick (1982), Miller (1987), McCracken (1988), com antecedentes em Veblen, Hegel, Simmel, Piaget, Bourdieu, entre outros, investigando seus aspectos sociais.

A terceira vertente é bastante atual, adota a Teoria dos Sistemas Mundiais, desenvolvida por Wallerstein na década de 70, para estudar mudança cultural em processos de larga escala. Integrando variáveis ecológicas, econômicas e políticas em um único modelo, entende que sítios arqueológicos são partes de totalidades maiores e que vestígios arqueológicos são produtos de forças econômicas e políticas moldadas pelo ambiente.”

Essa perspectiva começou a se esboçar na arqueologia histórica há pouco mais de uma década com a redefinição da disciplina, entendida como “o estudo de sistemas culturais mundiais”, conforme propôs South (1988), defendendo que a transferência de energia mundial deve ser estudada através da padronização dos artefatos. Por outro lado, nesse mesmo ano Paynter já anunciava o estudo da ideologia emergente do modo capitalista de produção, simbolizada na explosão mundial da cultura material nos séculos XVIII e XIX (Paynter, 1988).

Essa abordagem ganhou fôlego com Deagan (1991, p. 97) destacando “a natureza irreversivelmente global da sociedade mundial depois de 1500”, e também com Deetz (1991, p. 2), mais recentemente, ao afirmar que temos de ampliar nossa visão para uma perspectiva global, pela simples razão de que estamos lidando com um fenômeno global” e partir para “uma abordagem comparativa internacional”. Orser (1992, p. 23) consolidou-a definitivamente, ao entender que cabe à arqueologia histórica investigar fundamentalmente *os aspectos materiais – em termos históricos, culturais e sociais concretos – dos efeitos do mercantilismo e do capitalismo que continuam em ação ainda hoje.*

Defendendo o capitalismo como o foco adequado da disciplina, Orser (1988, p. 315; 1994; 1996, p. 72) vem propondo a investigação de questões como colonialismo, imperialismo, industrialização, luta de classes e formação social, de modo a integrá-la ao patamar mais amplo das ciências sociais, transcendendo os estreitos

limites das atuais compartimentações acadêmicas, que ora a vêem como história, ora como antropologia. Reconhece no capitalismo pelo menos dois aspectos históricos de relevância para o nosso campo disciplinar: os seus primórdios e as formas pelas quais seus agentes o difundiram através do mundo (Orser, 1996, p. 76).

Consolidada, embora criticada por Leone e Potter (1988) como excessivamente funcionalista e sistêmica, essa perspectiva vem se multiplicando nos últimos anos em publicações e séries que recebem títulos como "Historical Archaeology in *Global Perspective*", livro editado por Lisa Falk (1993); "Contributions to *Global Historical Archaeology*", série editada por Charles Orser (1997 em diante), entre muitas outras, mostrando a força da sua penetração e o quanto as grandes editoras vêm investindo nela.

Contudo, essa ênfase com que a literatura especializada, particularmente a norte-americana, vem destacando o caráter global, internacionalizado, da Arqueologia Histórica e encaminhando propostas cada vez mais globalizantes de investigação, é preocupante e merece uma reflexão. Na verdade, esta é uma perspectiva que tende a "naturalizar" e, conseqüentemente, a legitimar o fenômeno da globalização, apresentado como inevitável, irreversível e inexorável, o que contribui para reforçar a natureza hegemônica do capitalismo, não restando aos países periféricos senão resignação diante da sua força avassaladora e submissão ao poder do grande capital internacional.

Não por acaso esta perspectiva está surgindo ao final deste milênio, na onda neo-liberal globalizante que varre o mundo. Não por acaso essa "arqueologia global" nasceu e vem ganhando força nos Estados Unidos, que capitaneiam esse processo, como fruto da lógica expansionista que lhe é inerente. Essa é uma perspectiva com forte conteúdo político e ideológico, profundamente comprometida com a manutenção da ordem social contemporânea e contra ela devem estar particularmente atentos e sobretudo críticos os arqueólogos das nações periféricas, como é o nosso caso.

Wylie (1995, p. 95) chamou a atenção para a coletânea de trabalhos editados por Gero e colaboradores em 1983, mostrando como interesses políticos mais amplos são mediados pelas formas como a disciplina se estrutura internamente, determinando a natureza das pesquisas desenvolvidas, quem ganha poder ao desenvolvê-las, o tipo de passado que é construído em função desses interesses e que é canonizado como conhecimento arqueológico, escancarando a natureza política da arqueologia e desmascarando em definitivo o que antes ficava velado.

Não há dúvidas de que o capitalismo é um fenômeno planetário, nem de que – ao fazermos arqueologia histórica – estamos fazendo a arqueologia do capitalismo. O que se questiona aqui é o uso do passado, explanado no âmbito dos *sistemas mundiais*, para justificar e consolidar a hegemonia norte-americana sobre o mundo.

O alerta dado por Christopher Tilley há cinco anos atrás (1995, p. 107), de que a Arqueologia Americana, mais do que se opondo aos valores do sistema capitalista, estava se imbuindo crescentemente deles, não parece ter sido ouvido com a devida atenção, ou, mais provavelmente, não parece ter havido qualquer interesse em ouvi-lo. Aparentemente estamos diante do que ele classifica como “teorias do *status quo*”, ou seja, aquelas que contribuem para reforçar a ordem vigente. Este é um viés que mais sustenta que propriamente desafia a ordem social contemporânea, o que tira da nossa disciplina o poder libertador que ela pode ter como ciência social.

Em nossa pesquisa assumimos que a arqueologia histórica é de fato a arqueologia do capitalismo. Porém estamos procurando trabalhar criticamente esse processo, na mão de direção inversa, apontando de que forma, no século XIX, as nações centrais lançaram no mundo periférico as sementes do que viria a se tornar um dos mais espetaculares e perversos processos de dominação de toda a trajetória da humanidade. De que modo foram insidiosa e gradativamente infiltradas nas mentalidades oitocentistas, junto com os objetos que aqui eram despejados maciçamente, rotinas, hábitos, valores, noções, comportamentos que nos tornariam econômica e ideologicamente subjugados, absolutamente rendidos às idéias e aos produtos das nações industrializadas. De que forma esses comportamentos, valores e hábitos impregnaram os objetos do dia-a-dia, as atividades banais e corriqueiras, os gestos cotidianos da sociedade brasileira do século passado, em suma, as suas mentes, até torná-las absolutamente dependentes da produção material e intelectual dos países centrais. Investigamos, em última instância, de que forma penetrou e se desenvolveu nas mentalidades oitocentistas o germe do capitalismo, na etapa embrionária da sua implantação no Brasil.

Este processo vem sendo analisado e dissecado em diferentes domínios da vida cotidiana oitocentista (ver Andrade Lima et al., 1989 e 1993; Andrade Lima, 1994, 1996 a e b, 1997) para mostrar, com o relativo distanciamento que o tempo já decorrido permite, as formas eficazes pelas quais se obtém com sucesso a dominação e a rendição no plano das mentalidades, aparentemente impercep-

tíveis nas pequenas coisas do dia-a-dia, mas plenamente visíveis e reconhecíveis através do estudo dessa cultura material (ver Andrade Lima, 1999). Isto, para que em última instância as pessoas possam entender, hoje em dia, não só a forte relação que existe entre os amplos processos sociais, econômicos e políticos e seus objetos aparentemente pouco importantes, seus pequenos gestos, hábitos e práticas cotidianas, mas sobretudo essas formas cada vez mais eficazes e sutis de se obter a rendição a um sistema. A conscientização desse processo nos seus múltiplos aspectos nos capacita a desenvolver, hoje, uma perspectiva crítica em relação ao processo brutal de dominação que envolveu todo o globo, em escala planetária (ver Andrade Lima 2002).

Considerações finais

Se do velho Histórico-Culturalismo sobreviveu o ferramental básico da disciplina para a aquisição de dados empíricos, da revolucionária Nova Arqueologia anglo-americana o legado mais importante foi a valorização do estudo dos processos sociais e o desenho cuidadoso das estratégias de pesquisa (Kepecs, 1997). Ainda sob o impacto da crítica ao seu positivismo exacerbado, vale dizer, do Pós-Processualismo, e das múltiplas possibilidades que esse movimento vem abrindo, sobretudo para a Arqueologia Histórica, é difícil prever em que direção nossa disciplina se moverá no futuro próximo, mas seria de todo desejável uma síntese das melhores contribuições de cada uma dessas perspectivas teóricas, que podem ser complementares e não necessariamente excludentes.

Mais que estimular o antagonismo entre as três principais correntes do pensamento arqueológico, tão equivocadamente quanto a disputa entre a natureza histórica ou antropológica da Arqueologia, defendemos há muito a sua integração (Andrade Lima, 1993 e 1995). Se os pós-processualistas souberam aparar os excessos da Nova Arqueologia, alguns tão caricatos quanto o histórico-culturalismo por ela desenhado, o que dela resta é o que mantém de pé o edifício da Arqueologia: uma sólida e consistente metodologia, que pode e deve ser direcionada para os novos temas de investigação propostos pelo pós-processualismo. Nada impede que perspectivas integradoras possam contemplar particularismos inseridos em abordagens mais amplas, tanto de natureza antropológica quanto histórica, atendendo ao caráter transdisciplinar da arqueologia.

Diante das assertivas de Binford e Morris anteriormente referidas – o primeiro dizendo que “arqueologia ou é antropologia ou não é nada”, e o segundo afirmando provocativamente que “arqueologia ou é história cultural ou não é nada” – um arqueólogo histórico desavisado pode ficar atônito, em crise de identidade, imaginando que teorias surgem como modas, que vão e vêm, em padrões cíclicos de oscilação.

Na verdade, essas oscilações, que ficam evidentes nesses pontos de vista extremados, representam o dinamismo de uma disciplina em formação e em constante transformação. Antes de tudo, elas fazem parte do nosso doloroso processo de crescimento. E, nesse esforço de amadurecimento, a Arqueologia História brasileira precisa apertar o passo e acertar o compasso, se não quiser ficar para trás.

Referências bibliográficas

ANDRADE LIMA, T. Historical Archaeology in Brazil. Washington. *Society for American Archaeology Bulletin*, v. 17, n. 1, 1999, p. 8-9.

———. O papel da Arqueologia Histórica no mundo globalizado. In: ZARANKIN, Andrés; SENATORE, Maria Ximena (orgs.), *Arqueología da Sociedade Moderna na América do Sul*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 2002, p. 117-27.

———. A Arqueologia Histórica na encruzilhada: processualismo + ou x pós-processualismo? *Anais da VIIIª Reunião da Sociedade de Arqueologia Brasileira*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995, p. 227-30. (Coleção Arqueologia, 1)

———. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960-1991). *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, Nova Série, v. 1, 1993, p. 225-262.

———. Chá e simpatia: uma estratégia de gênero no Rio de Janeiro oitocentista. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, Nova Série, v. 5, 1997, p. 93-129.

———. De morcegos e caveiras a cruzeiros e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, Nova Série, v. 2, 1994, p. 87-150.

———. El huevo de la serpiente: una arqueología del capitalismo embrionario en el Rio de Janeiro del siglo XVIII. In: ZARANKIN, A.; ACUTO, F. A. (eds.). *Sed non satiata: Teoría Social en la Arqueología Latinoamericana Contemporánea*. Buenos Aires: Ediciones del Tridente, 1999, p. 189-238.

———. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. *Manguinhos – História, Ciências, Saúde*, v. 2, n. 3, 1996a, p. 44-96.

- . Pratos e mais pratos: louças domésticas, divisões culturais e limites sociais no Rio de Janeiro, século XIX. *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, Nova Série, v. 3, 1996b, p. 129-191.
- ; BRUNO, Maria Cristina de Oliveira; FONSECA, Martha Pereira Reis. Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, século XIX: a Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ (exploração arqueológica e museológica). *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, Nova Série, v. 1, 1993, p. 179-206.
- ; FONSECA, Martha Pereira Reis; SAMPAIO, Ana Cristina; FENZL NEPOMUCENO, Andrea; MARTINS, Antonio Henrique Damasio. A tralha doméstica em meados do século XIX: reflexos da emergência da pequena burguesia no Rio de Janeiro". In: Anais da IVª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, *Dédalo*, Publ. Avulsas, n. 1, 1989, p. 205-230.
- BEAUDRY, Mary C. (ed.). *Documentary archaeology in the New World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.
- ; COOK, Lauren J.; MROZOWSKI, Stephen. Artifacts and active voices: material culture as social discourse. In: McGUIRE, R.; PAYNTER, R. (eds.). *The Archaeology of Inequality*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1991, p. 150-191.
- BINFORD, Lewis R. Archaeology as Anthropology. *American Antiquity*, v. 28, n. 2, 1962, p. 117-125.
- BINTLIFF, John. The contribution of an annaliste/structural approach to Archaeology. In: BINTLIFF, J. (ed.). *The Annales School and Archaeology*. New York/London: Leicester University Press, 1995, p. 1-33.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1949.
- . *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1976.
- BURGUIÈRE, André. L'Anthropologie historique. In: LE GOFF, Jacques (org.). *La nouvelle histoire*. Paris: Complexe, 1988.
- CONKEY, Margareth W.; SPECTOR, Janet D. Archaeology and the Study of Gender. In: SCHIFFER, Michael B. (ed.). *Advances in Archaeological Method and Theory*, New York: Academic Press, 1984, p. 1-38. v. 7.
- DEAGAN, Kathleen. Historical Archaeology's contributions to our understanding of Early America. In: FALK, Lisa (ed.). *Historical Archaeology in Global Perspective*, Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1991, p. 97-112.
- DEETZ, James. Discussion: Archaeologists as storytellers. In: PRAETZELLIS, Adrian; PRAETZELLIS, Mary (eds.). Archaeologists as storytellers. *Historical Archaeology*, v. 32, n. 1, 1998, p. 94-96.
- . *In small things forgotten. The archaeology of early american life*. Garden City/New York: Anchor Press/Doubleday, 1977.
- . American Historical Archaeology: methods and results. *Science*, v. 239, 1988b, p. 362-367.

———. Archaeological evidence of sixteenth and seventeenth century encounters. In: FALK, Lisa (ed.). *Historical Archaeology in Global Perspective*, Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1991, p. 1-9.

———. History and archaeological theory: Walter Taylor revisited. *American Antiquity*, v. 53, n. 1, 1988a, p. 13-22.

DUKE, Philip. Braudel and North American archaeology: an example from the Northern Plains. In: PREUCCEL, R.; HODDER, I. (eds.). *Contemporary archaeology in theory: a reader*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1996, p. 240-257.

EMBREE, Lester. The structure of American theoretical archaeology: a preliminary report. In: PINSKY, Valerie; WYLIE, Alison (eds.). *Critical traditions in contemporary archaeology*. Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology, Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995, p. 28-37.

ENSOR, Bradley E. Social formations, modo de vida and conflict in Archaeology. *American Antiquity*, v. 65, n. 1, 1999, p. 15-42.

FALK, Lisa *Historical Archaeology in Global Perspective*. Washington/London: Smithsonian Institution Press, 1993.

FEINMAN, Gary Thoughts on new approaches to combining the archaeological and historical records. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 3-4, 1997, p. 367-77.

GERO, Joan M.; CONKEY, Margareth W. (eds.). *Engendering archaeology. Women and prehistory*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1995.

GIBB, James. *The archaeology of wealth. Consumer behavior in English America*. New York/London: Plenum Press, 1996.

HILLS, Catherine History and archaeology: do words matter more than deeds? *Archaeological Review from Cambridge*, 1997, v. 14, n. 1, 1997, p. 29-36.

JOHNSON, Matthew. *Archaeology of capitalism*. Oxford / Cambridge, Blackwell, 1996.

JONES, Siân. *The Archaeology of ethnicity. Constructing identities in the past and present*. London/New York: Routledge, 1997.

KEPECS, Susan. Introduction to new approaches to combining the archaeological and historical records. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 3-4, 1997, p. 193-198.

KERN, Arno Alvarez. Método e teoria no Projeto Arqueologia Histórica Missioneira. Anais da VIII Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, *Coleção Arqueologia* 1, v. 1, EDIPUCRS, Porto Alegre, 1995, p. 181-20.

———. A importância da pesquisa arqueológica na universidade. *Revista do CEPA*, v. 12, n. 14, 1985, p. 5-11.

KLEIN, Terry H.; LEEDECKER, Charles H. (eds.). Models for the study of consumer behavior (Special Issue). *Historical Archaeology*, v. 25, n. 2, 1991, p. 1-3.

LEONE, Mark P. The archaeology of ideology. Archaeological work in Annapolis since 1981. In: SHACKEL, P. A. & LITTLE, B. J. (eds.). *Historical Archaeology of the Chesapeake*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1994, p. 219-29.

———; POTTER, Parker B. (eds.). *The Recovery of meaning. Historical archaeology in the Eastern United States*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1988.

———; ———; SHACKEL, Paul. A. Toward a critical archaeology. *Current Anthropology*, v. 28, 1987, p. 283-302.

LYMAN, R. Lee; Michael J. O'Brien; Robert Dunnell. *The rise and fall of Culture History*. New York: Plenum Press, 1997.

McCRACKEN, Grant. *Culture and consumption. New approaches to the symbolic haracter of consumer goods and activities*. Bloomington: Indiana University Press, 1988.

McGUIRE, Randall H.; PAYNTER, Robert (eds.). *The Archaeology of inequality*. Oxford & Cambridge: Blackwell, 1991.

McKENDRICK, Neil. Josiah Wedgwood and the commercialization of the potteries. In: McKENDRICK, Neil; BREWER, John; PLUMB, J. H. (eds.). *The birth of a consumer society. The commercialization of eighteenth-century England*. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

MILLER, Daniel. *Material culture and mass consumption*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

MORRIS, Ian. Archaeology as Cultural History. *Archaeological Review from Cambridge*, v. 14, n. 1, 1997, p. 3-16.

ORSER Jr., Charles E. *A Historical Archaeology of the modern world*. Contributions to Global Historical Archaeology New York/London: Plenum Press, 1995.

———. E. *Introdução à Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1992.

———. Toward a global historical archaeology: an example from Brazil. *Historical Archaeology*, v. 28, n. 1, 1993, p. 5-22.

———. Toward a theory of power for historical archaeology. Plantations and Space. In: LEONE, Mark, P.; POTTER Jr., Parker, B. (eds.). *The Recovery of meaning*. Washington: Smithsonian Institution, 1988, p. 313-343.

———. The challenge of race to American Historical Archaeology. *American Anthropologist*, v. 100, n. 3, 1999, p. 661-668.

PAYNTER, Robert. Steps to an archaeology of capitalism. In: LEONE, Mark, P.; POTTER Jr, Parker B. (eds.). *The Recovery of meaning. Historical Archaeology in the Eastern United States*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1988, p. 407-433.

PRAETZELLIS, Adrian. Introduction: Why every archaeologist should tell stories once in a while. In: PRAETZELLIS, Adrian; PRAETZELLIS, Mary (eds.). *Archaeologists as storytellers. Historical Archaeology*, v. 32, n. 1, 1998, p.1-3.

———; PRAETZELLIS, Mary (eds.). *Archaeologists as storytellers. Historical Archaeology*, v. 32, n. 1, 1998.

RAVN, Mads. Historical Archaeology, textual archaeology or cultural history? *Archaeological Review from Cambridge*, v. 14, n. 1, 1997, p. 130-135.

SOUTH, Stanley. *Method and theory in Historical Archaeology*. New York: Academic Press, 1977.

———. Whiter Pattern? *Historical Archaeology*, v. 22, n. 1, 1988, p. 25-28.

SPENCER-WOOD, Suzanne M. *Consumer choice in Historical Archeology*. New York: Plenum Press, 1987.

TILLEY, Christopher. Archaeology as socio-political action in the present. In: PINSKY, Valerie; WYLIE, Alison (eds.). *Critical traditions in contemporary archaeology. Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995, p. 104-16.

WALL, Diana di Zerega. *The Archaeology of Gender. Separating the Spheres in Urban America*. New York/London: Plenum Press, 1994.

WILLEY, Gordon; PHILLIPS, Philip. *Method and theory in American Archaeology*. Chicago: University of Chicago Press, 1958.

WYLIE, Alison. Introduction: socio-political context. In: PINSKY, Valerie; WYLIE, Alison (eds.). *Critical traditions in contemporary archaeology. Essays in the Philosophy, History and Socio-Politics of Archaeology*. Albuquerque: University of New Mexico Press, 1995, p. 93-95.

YENTSCH, Anne. The Symbolic Divisions of Pottery: Sex-Related Attributes of English and Anglo-American Household Pots. In: McGUIRE, R.; PAYNTER, R. (eds.). *The Archaeology of inequality*. Oxford/Cambridge: Blackwell, 1991a, p. 192-230.

———; BEAUDRY, Mary C. *The art and mystery of Historical Archaeology. Essays in honor of James Deetz*. Boca Raton: CRC Press, 1991.